

**AgRg no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 122.754 - RO
(2020/0008645-8)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**
AGRAVANTE : CHAULES VOLBAN POZZEBON (PRESO)
**ADVOGADOS : TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) -
DF023870
PEDRO IVO RODRIGUES VELLOSO CORDEIRO -
DF023944
CORINA FERNANDES PEREIRA - RO002074
TRACY JOSEPH REINALDET DOS SANTOS - PR056300
MARCELO NEVES REZENDE - RJ204886
CÉLIO JÚNIO RABELO DE OLIVEIRA - DF054934
FRANCISCO FELIPPE LEBRAO AGOSTI - SP399990**
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto por CHAULES VOLBAN POZZEBON, contra decisão proferida por esta relatoria, às fls. 448-465, que não conheceu do **habeas corpus**.

No presente agravo regimental, pretende o agravante a reconsideração do **decisum** em "caráter de tutela de urgência", tendo em vista a pandemia do COVID-19, bem como a Recomendação n. 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça.

Aduz para tanto os seguintes argumentos: i) o amadurecimento processual da ação penal de origem, o que enseja a revisão da situação prisional do recorrente; ii) o encerramento das investigações acabou revelando que as hipotéticas atividades criminosas se encerraram antes de a prisão ser decretada; iii) a porteira supostamente utilizada para a cobrança irregular de pedágios "*já foi destruída, por determinação judicial, não havendo risco da suposta atuação criminosa*" (fl. 487).

Pondera que "*os delitos pelos quais o Recorrente já respondeu em nada coincidem com o objeto do processo-crime subjacente, pois consistiram no uso de documento falso, recebimento de madeira sem exigir a*

exibição de licença do vendedor, embriaguez ao volante e sujeição de empregados a condições degradantes" (fl. 489).

Requer, ao final, a reconsideração do **decisum**, "em caráter de tutela de urgência".

É o breve relatório.

Decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.

Depreende-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante e, posteriormente, teve sua prisão convertida em preventiva, pela prática, **em tese**, dos delitos de participação em organização criminosa armada e extorsão, tipificados no art. 2º, **caput**, §§ 2º, 3º e 4º, inciso II, da Lei n. 12.850/2013, e no art 158, **caput** e § 1º, do Código Penal.

Pretende o agravante, **em síntese**, a reconsideração do **decisum**, em caráter de urgência, tendo em vista a pandemia do COVID-19, em virtude da ausência de fundamentação idônea da r. decisão que decretou sua prisão preventiva.

Na hipótese, o **habeas corpus** não foi conhecido por esta relatoria, tendo o mérito sido analisado de ofício, oportunidade em que não foi verificada qualquer flagrante ilegalidade apta a ensejar a concessão da ordem de ofício, sob os seguintes fundamentos:

*"Ora, da análise dos excertos transcritos, observa-se que a segregação cautelar do recorrente está devidamente fundamentada em **dados concretos extraídos dos autos**, que evidenciam de maneira incontestada a necessidade da prisão para **garantia da ordem pública**, seja em razão de o recorrente ter sido apontado como líder de estruturada organização criminosa voltada à prática de diversos crimes, como "extorsões, esbulhos possessórios, uso de armas de fogo para ameaçar e intimidar vítimas, cobranças de pedágios, bem como lavagem de capitais, com a participação de servidores das forças estaduais de segurança, fato preponderante para o sucesso das ações criminosas", conforme consignado pelas instâncias ordinárias, circunstâncias que revelam a gravidade concreta da conduta e a*

*periculosidade do agente; seja pelo **fundado receio de reiteração delitiva**, haja vista o fato de **o recorrente ostentar diversas condenações penais anteriores e ainda responder a ações criminais por outros delitos**, o que revela a probabilidade de repetição de condutas tidas por delituosas, sendo imperiosa a imposição da medida extrema, **na hipótese**.*

[...]

*Ainda, conforme a jurisprudência do col. Pretório Excelso, também enquadra-se no conceito de **garantia da ordem pública** a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de **organização criminosa**, no intuito de impedir a reiteração delitiva".*

Pois bem, o presente pedido de reconsideração não traz, em seu bojo, qualquer argumento apto a ensejar a alteração do entendimento firmado por ocasião do julgamento de mérito do **habeas corpus**.

Contudo, em razão da situação de emergência na saúde pública, ocasionada pela pandemia do COVID-19, o Conselho Nacional de Justiça - CNJ - editou a Recomendação n. 62/2020, visando a prevenção da disseminação da infecção causada pelo novo coronavírus no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.

No que concerne às prisões preventivas, assim orientou o CNJ:

*"Art. 4º **Recomendar aos magistrados com competência para a fase de conhecimento criminal** que, com vistas à redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus, considerem as seguintes medidas:*

*I – a **reavaliação das prisões provisórias**, nos termos do art. 316, do Código de Processo Penal, **priorizando-se**:*

*a) **mulheres gestantes, lactantes, mães ou pessoas responsáveis por criança de até doze anos ou por pessoa com deficiência, assim como idosos, indígenas, pessoas com deficiência ou que se enquadrem no grupo de risco;***

*b) **pessoas presas em estabelecimentos penais que estejam com ocupação superior à capacidade, que não disponham de equipe de saúde lotada no estabelecimento, que estejam sob ordem de interdição, com medidas cautelares determinadas por órgão do sistema de jurisdição internacional, ou que disponham de instalações que favoreçam a propagação do novo coronavírus;***

*c) **prisões preventivas que tenham excedido o prazo de 90 (noventa) dias ou que estejam relacionadas a crimes praticados sem***

Superior Tribunal de Justiça

violência ou grave ameaça à pessoa; "

Dessarte, entendo que a prisão do ora recorrente deve ser imediatamente reavaliada pelo magistrado condutor da ação penal, a qual se encontra tramitando em primeira instância.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de reconsideração** da decisão ora impugnada, mas **concedo a ordem de ofício** para que o d. juízo de primeiro grau **reavalie a prisão preventiva do ora recorrente**, nos termos do art. 316, parágrafo único, do CPP, bem como do art. 4º da Recomendação n. 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça, com posterior comunicação a este Tribunal Superior.

Retornem os autos conclusos para o julgamento de mérito do agravo regimental.

P. e I.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator